

Ulysses quer prazo único de desincompatibilização

BRASÍLIA — O Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, manifestou-se ontem à favor de um prazo único de desincompatibilização — possivelmente seis meses — para os ocupantes de cargos executivos que queiram candidatar-se à Constituinte e afirmou que a proposta da subemenda do Deputado Jorge Uequet (PMDB-RS), de reintegração dos militares punidos, está fora de cogitação. A solução encontrada deverá ser a promoção na reserva.

Ulysses está satisfeito com o encaminhamento das questões polêmicas que envolvem a emenda do Governo que convoca a Constituinte, ressaltando que, no substitutivo do Relator da Comissão Mista que examinou a emenda, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), ficará preservada a eleição do Congresso, em 15 de novembro de 1986, com poderes constituintes. O Congresso, funcionará como assembléia unicameral,

sem prazo para concluir os trabalhos de elaboração da Constituição, e depois voltará ao sistema bicameral, com a separação dos Deputados e Senadores.

A questão da ampliação da anistia ainda será debatida hoje pelos Ministros militares, em almoço no Ministério da Marinha, às 11h30m. O encontro estava marcado para ontem, mas foi adiado para que os Ministros comparecessem à homenagem do Congresso ao Presidente da França, François Mitterrand.

O Ministro da Administração, Aluizio Alves, concorda em conceder aos servidores civis afastados por crimes políticos, já reintegrados ao serviço público, os direitos suspensos por atos institucionais. O único benefício a ser concedido é o quinquênio e o pagamento aumentará pouco as despesas do Governo com pessoal, porque atingirá um pequeno número de servidores.

O PDS reúne hoje a Comissão Executiva Nacional para examinar o parecer do Relator Bierrenbach. O Líder na Câmara, Prisco Viana, reafirmou que o partido é favorável à convocação da Constituinte congressional, como estabelece a emenda do Presidente José Sarney.

Em Curitiba, o advogado Fábio Feldmann, da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, disse, no seminário "Constituinte, vida e meio ambiente", que a eleição de um Congresso Constituinte, com integrantes eleitos apenas por partidos, vai impedir a participação de representantes do movimento ecológico.

■ No Rio, o Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos, declarou-se contra a reivindicação de grupos indígenas de participação na Constituinte. Para o jurista, a participação de uma minoria não eleita por partidos políticos, poderia abrir espaço para reivindicações de outros grupos sem representação partidária.